



MOUNTAIN BIKE

A barca *Fé em Deus* sai da ilha de São Luís para Alcântara por volta das 7 horas da manhã, quando a maré atinge a altura máxima. Como acontece nas praias próximas à linha do equador, o litoral maranhense se modifica radicalmente durante o dia: na maré cheia, o mar entra pela costa invadindo o mangue, enquanto na maré baixa é preciso enfrentar léguas de areia e pedras para alcançá-lo. Os encontros do mar e do mangue formam igarapés de água salobra e transformam o azul do mar em um verde-amarronzado, cor de água do rio. A paisagem é amazônica, o calor e a umidade também.

Dentro da barca, sentados em bancos de madeira, cerca de cinquenta passageiros aguardam permissão para subir ao convés – mais fresco e livre do barulho do motor –, concedida depois que passamos o canal do Boqueirão, onde fica a fiscalização da Marinha. A lancha *Batevento*, mais confortável e preferida pelos turistas, está em manutenção neste início da estação chuvosa (o inverno) e o fotógrafo e eu somos os únicos brancos a bordo.

O Maranhão tem a terceira maior população negra do Brasil, fato explicado pelos historiadores por ser uma região de escravidão tardia. As fazendas de algodão alcançaram seu auge na metade do século 18, trazendo cada vez mais escravos africanos. As plantações de arroz e cana-de-açúcar e a criação de gado, que se tornaram mais importantes no início do século 19, também dependiam dos negros, comprados barato das fazendas do Sudeste – quando tinham fama de rebeldes e fujões. O historiador Matthias Assunção, especialista em quilombos maranhenses,

a pouco mais de uma hora por mar. “Vocês vão ver as fachadas das casas construídas pelas duas famílias mais importantes do Império para receber dom Pedro I (que acabou não vindo), as ruínas da matriz de São Mathias, igreja de 1648, e a Nossa Senhora do Carmo, de 1663, onde preto não entrava nem depois da abolição”, discursa, ansioso por conquistar aqueles que parecem ser os únicos turistas disponíveis.

Um bando de pássaros vermelhos do tamanho de garças acompanha a barca. São os guarás, explica Xará, apontando o ninhal em uma ilha já bem próxima da costa de Alcântara. Pergunto das praias para evitar que o guia volte a desfiar nomes e datas históricas e ele, meio sem jeito, explica que as praias mais bonitas só podem ser visitadas com a permissão da Aeronáutica ou de barco. Os acessos por terra passaram a ser privativos depois do decreto de “interesse social” de 13/9/1985 que desapropriou 4.854 hectares, considerados como área de segurança da Base Espacial da Aeronáutica. Uma parte da faixa litorânea foi reservada à construção das casas dos oficiais.

No pequeno porto, alguns vendedores aguardam a chegada da barca na esperança de vender um cofo (cesto de formato cilíndrico de palha trançada) de camarão seco a 3 reais o quilo. Esta é a base de pratos típicos maranhenses, como o cuxá, farinha socada com vinagreira (uma verdura) e camarão seco, que acompanha o arroz ou a torta de caranguejo; e o vatapá, que também leva camarão seco e é preparado de modo semelhante ao baiano.

A ladeira de calçamento pé-de-moleque atesta a antiguidade

“Por isso que o povo gosta tanto do Sarney aqui: porque foi no governo dele que a aposentadoria rural saiu”, explica. Lembra que a decisão sobre a aposentadoria rural foi tomada pela Assembleia Constituinte, não pelo então presidente José Sarney. “Eu sei, mas o que o povo sabe é que o Sarney estava lá e pronto, ele saiu no lucro, porque antes não tinha nem esse dinheiro dos velhinhos circulando”, responde o guia.

Xará tem 43 anos, três filhas e uma ex-mulher. “Índia, bugrona mesmo, selvagem”, descreve, sem disfarçar a paixão mal resolvida. Nasceu em Alcântara, como os sete irmãos. Vive do trabalho de guia e de negociar, como diz, comprando farinha de mandioca na zona rural e vendendo para os comerciantes de São Luís, intermediando a venda de barcos de pesca, comprando cosméticos importados e baratos na capital para vender no interior. Quando recusamos seus serviços de guia, não insiste e convida para uma cerveja, com o cuidado de nos levar a um restaurante onde recebe uma gratificação pelos turistas conquistados. Persuasivo, ainda nos empurra uma porçãozinha de peixe-pedra frito.

Explico que somos jornalistas e pergunto se ele já ouviu falar na existência de quilombos na região. “Qual que você quer ir? Tem o Castelo, que é grandão mesmo, tem umas 2.000 famílias, tem o Só Assim, tem o Frechal, no Mirinzal, e ainda o Goiabal, São Raimundo, Tubarão, Itamatatua, são muitos, dezenas”, entusiasma-se, vislumbrando uma nova oportunidade de trabalho.

O escolhido foi Itamatatua, comunidade remanescente de quilombos com cerca de duzentas famílias, que vive da fabricação de cerâmica, da pesca do camarão e do caranguejo nos igarapés, da criação de porcos, galinhas, patos, alguma caça e, principalmente, da farinha de mandioca. Somada aos povoados vizinhos, os quilombos de Tubarão, Goiabal e Raimundo do Sul, a comunidade ocupa 55.000 hectares. “Eles são os donos da terra?”, pergunto. A resposta é surpreendente: “Eles nasceram lá, como seus pais, seus avós e bisavós, mas a terra é da santa. De Santa Teresa de Jesus”.

Direito constitucional

A presença de comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão não é um fenômeno isolado no país, embora sejam raras as notícias a respeito. A primeira “descoberta” da imprensa sobre o assunto é de 1978, quando dois jornalistas de Sorocaba publicaram reportagens sobre uma exótica comunidade negra rural, o Cafundó (a 150 quilômetros de São Paulo), com cerca de oitenta pessoas que se diziam descendentes de quilombolas (escravos refugiados em quilombos) e falavam, além do português, um dialeto de origem banto.

O caso acabou caindo no esquecimento e ninguém deu muita bola para a possível existência desse tipo de comunidade, nem mesmo quando, ao final da Assembleia Constituinte de 1988, a hoje senadora Benedita da Silva (PT-RJ) conseguiu a aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, determinando o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A explicação para a aprovação desse artigo tão surpreendente como desconhecido pela maioria da população – e até pouco tempo pelos próprios membros das comunidades interessadas – é do deputado Luiz Alberto (PT-BA), coordenador do Movimento Negro Unificado, uma das entidades que assessoraram a senadora Benedita na ocasião. “Foi no apagar das luzes da Constituinte, ninguém prestou muita atenção”, conta Luiz Alberto. “Nós mesmos sabíamos da existência de alguns remanescentes de quilombos, mas não imaginávamos que fossem tantos”, diz. “A verdade, que está sendo descoberta pelos historiadores, é que a resistência negra à escravidão ▶

terra de preto

O número de remanescentes de quilombos no Brasil, com direito a terras, é muito maior do que se pensava até agora. Só no Maranhão, mais de cem já foram mapeados.

O guia Xará vai apresentar um deles. Reportagem de Marina Amaral/Fotos Miguel Boyayan.

ses, conta que às vésperas da Independência o Estado concentrava 55 por cento da população escrava do Império.

Depois da abolição da escravidão, foram poucos os imigrantes europeus que optaram pelo Maranhão e a predominância negra se manteve. A miscigenação que observo em meus companheiros de viagem é herança dos franceses, que fundaram São Luís em 1612, e dos invasores holandeses que dominaram a região entre 1641 e 1644. Vejo loiras de cabelos muito crespos e pele escura, negros cor de chocolate com traços europeus ou mesmo de olhos azuis.

Edvaldo, o Xará, um negro de pele clara e olhos cor de mel, puxa conversa conosco no convés e oferece seus serviços de guia turístico em Alcântara. Vai desfilando o nome e a idade das ruínas da cidadezinha histórica de 20.000 habitantes que fica

da cidade fundada no século 17, que funcionava como posto de abastecimento e comércio das antigas fazendas. Subimos até a praça central, marcada pelo pelourinho, a coluna de pedra onde os negros eram castigados publicamente. O mato cresce entre as ruínas, testemunhas das histórias contadas por Xará. As trepadeiras invadem os muros grossos, esburacados, que desafiam o tempo e o abandono.

Entramos em uma única rua movimentada, onde alguns ambulantes vendem frutas, farinha, camarão. Na calçada estreita, uma longa fila parece reunir todos os habitantes da cidade com mais de cinquenta anos, terminando na agência do Banco do Estado do Maranhão. “É o pagamento de aposentadoria. Hoje é o único dia que tem dinheiro nessa cidade, o pessoal faz as compras, paga as contas e aí só no mês que vem”, conta Xará.

foi muito maior do que ensinam os livros de história, daí a existência de tantas comunidades.”

Os números são confusos. A Fundação Cultural Palmares, criada em 1988 com o objetivo de preservar a cultura negra e vinculada ao Ministério da Cultura, está fazendo um mapeamento em todo o país, ainda não concluído, que aponta para a existência de cerca de quinhentas comunidades em quase todos os Estados (a presença de descendentes de quilombolas só não foi registrada ainda no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia). Mas outros levantamentos fazem imaginar que o número seja bem maior. O Projeto Vida de Negro no Maranhão, feito em parceria por duas ONGs negras e que trabalha há dez anos mapeando os quilombos maranhenses, acredita que existam entre 350 e quatrocentas comunidades remanescentes de quilombos só no Estado, ocupando uma área de 1 milhão de hectares. No Pará, há 21 dessas comunidades – mais de 2.000 famílias, só no Vale do Trombetas, uma área de mais de 1 milhão de hectares, pelas contas do Inbra.

A antropóloga Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio, que trabalha com quilombos no Pará e em São Paulo, prefere evitar os números: “Não temos nem mesmo um levantamento parcial confiável. Dizer que temos quinhentas ou seiscentas comunidades não significa muito, porque algumas têm vinte famílias, outras podem ter duzentas, trezentas; algumas ocupam uma área pequena, outras, principalmente as extrativistas, precisam de muito mais terra”.

Lúcia participou da titulação das três únicas áreas de remanescentes de quilombos do país que já conseguiram a propriedade definitiva das terras: a primeira foi a Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, no Vale do Trombetas, com cem famílias e uma área de 1.125 hectares; a segunda foi Pacoval de Alenquer e Água Fria (Pará), uma área de 8.000 hectares e 129 famílias. Por fim, uma área de 80.000 hectares (parte formada por terras públicas fede-

rais e parte por terras públicas estaduais) foi titulada em nome de sete comunidades com 559 famílias, também no Trombetas.

Os títulos de reconhecimento de domínio, assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, foram entregues pelo presidente sempre nas comemorações do dia de Zumbi dos Palmares (20 de novembro), em 1995, 1996 e 1997. A mesma estratégia – de aproveitar um momento de publicidade governamental para conseguir o título – foi utilizada pelo Projeto Vida de Negro, que durante a Eco 92 conseguiu obter do ex-presidente Fernando Collor a criação da Reserva Extrativista Quilombo do Frechal, no Maranhão, área de 9.542 hectares, ameaçada de invasão por fazendeiros locais, onde uma comunidade de 138 famílias vive da extração do babaçu, do juriti e da juçara.

“Nós começamos a trabalhar no processo de titulações das comunidades que já estavam organizadas, com terras autodemarcadas e que estavam em terras registradas como públicas, o que facilitou o processo”, explica Lúcia. “Pelo artigo 68, todas as comunidades têm direito de entrar com ações no Ministério Público Federal e receber o título de reconhecimento de domínio, mas ainda há algumas discussões sobre os critérios para identificar essas comunidades, o que se torna mais importante quando as terras reivindicadas estão registradas como particulares ou em áreas de proteção ambiental.”

Um dos critérios polêmicos é a exigência, pela Fundação Palmares, de um laudo antropológico para reconhecer a comunidade como descendente de quilombolas e definir sua área de ocupação. Lúcia explica: “Em primeiro lugar, o que deve prevalecer é o espírito da Constituição, que buscou oferecer alguma reparação para os descendentes de escravos. Além disso, na concepção antropológica, as comunidades remanescentes de quilombos, como também os índios, constituem grupos étnicos e, assim sendo, a auto-identificação é o elemento essencial definidor e não o laudo”.

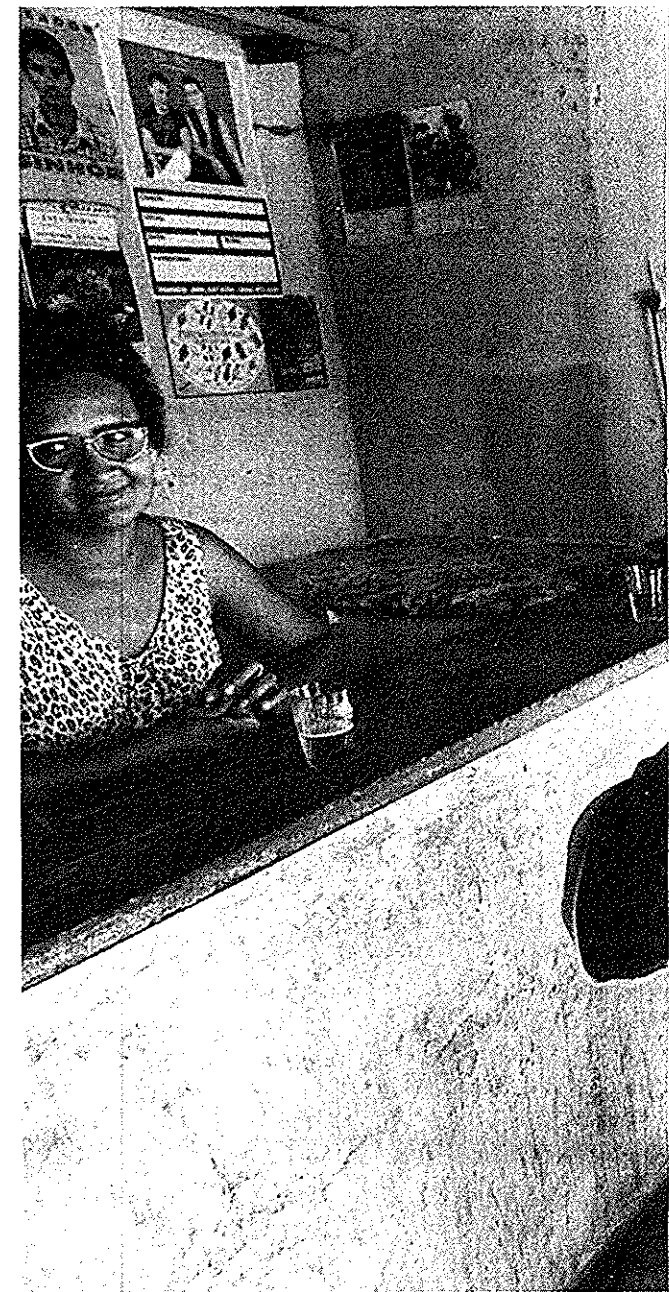
Ou seja, é remanescente de quilombo quem diz que é? “Do ponto de vista antropológico, o depoimento oral dessas comunidades, a explicação que dão para sua própria origem, é tão válido como os documentos históricos, muitas vezes inexistentes. Além disso, o que tem prevalecido é a concessão do título de reconhecimento de domínio para a comunidade, não para os indivíduos, o que só faz sentido porque o uso coletivo de terra está no centro da identidade dessas comunidades”, esclarece Lúcia Andrade.

Minha experiência com os pretos de Santa Teresa, como eles se autodefinem, ajuda a explicar as palavras da antropóloga.

Itamatatua

Não é difícil acordar cedo em Alcântara: na estação chuvosa, as pragas (pernilongos) e as muriçocas não dão paz e a melhor estratégia para escapar delas (os repelentes se mostraram ineficientes) é permanecer em movimento. Passamos às 6 horas na casa do Xará, uma construção de taipa e palha que contrasta com o casario ornado de azulejos portugueses que ainda domina a cidade. “As casas do quilombo são desse tipo, a diferença é que a minha é nova, eu que construí porque queria uma casa de escravo, de negro”, explica nosso guia.

Pegamos a estrada de Cujupe, asfaltada um bom trecho (até o acesso para pegar o *ferry-boat*), e que liga São Luís aos municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Grupos de mulheres caminham pela estrada, em direção a Alcântara. “Elas estão indo para a Base, são empregadas dos oficiais”, explica Xará. Seguimos em direção a Bequimão, agora chão de terra, cortando a floresta de babaçu. Muitas pontes de madeira, em péssimo estado, por cima dos igarapés. Em uma vilazinha, quatro ou cinco casas de taipa e palha distantes 300 ou 400 metros uma da outra, meninos negros puxando boizinhos Nelore pela corda, como se fossem cachorros na coleira, para levá-los ao banho no igarapé. “Cada um lava o



Dona Dodô, cabocla de Golabal, cuida do bar que atende os pretos de Santa

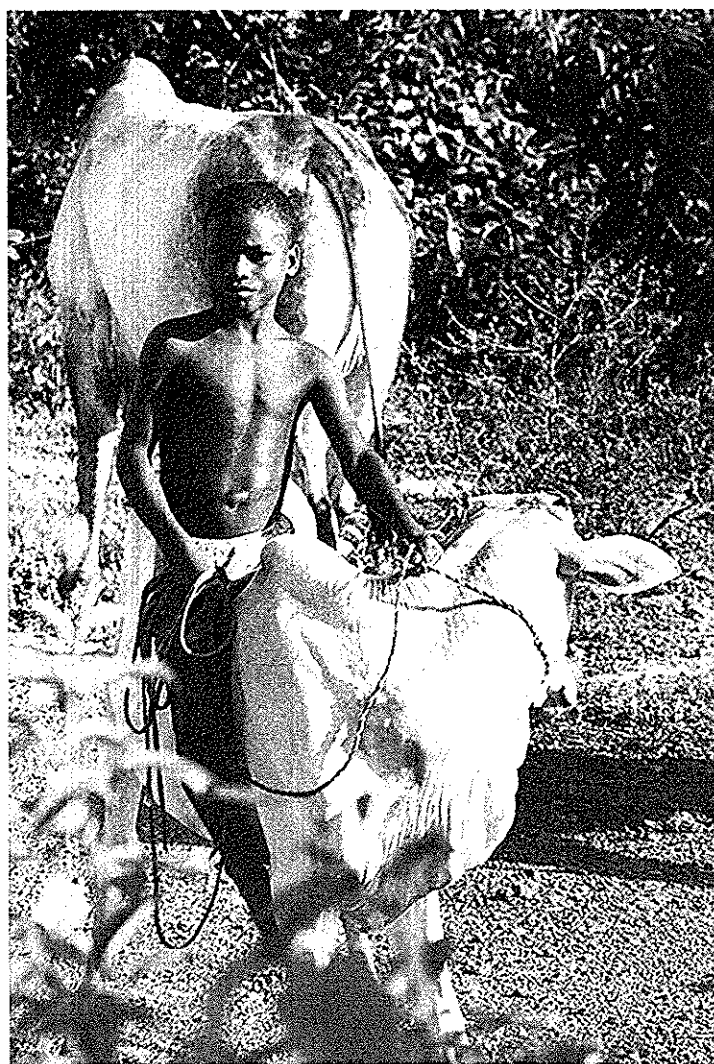
seu boi e depois segue para a roça, é o animal que puxa o arado”, esclarece o guia.

Os meninos fogem rindo do fotógrafo, enquanto uma família observa a cena da janela de uma casa de taipa. O pai se aproxima e autoriza a foto, agora com um dos meninos já montado no boi, que é como eles costumam andar por ali. “Isso é quilombo?”, pergunto a Xará. “Por aqui tudo é ou foi quilombo. Os maiores ficam mais fundo na mata, são os mais autênticos. A estrada e a Base modificaram esses que estão mais perto. Os que estavam na área da Base foram transferidos para as agrovilas, construídas pela Aeronáutica. Lá as casas são de alvenaria, tem escola, posto de saúde. O problema é que as agrovilas estão em área seca, não tem igarapé para pescar, é pequeno para a criação, não dá para eles viverem do modo deles, falta comida”, continua.

Ao longo da estrada, a cena dos meninos montados nos bois vai se repetir. E as casas de taipa, isoladas ou agrupadas em pequeno número, também continuam a aparecer, sempre com famílias negras à porta, o babaçu e o céu azul de fundo. Porcos e galinhas passeiam soltos. Paramos para pedir informações em um pequeno bar. Dona Dodô, a proprietária, oferece um banho de caneca com água de poço antes da cerveja gelada. Seu Manuel Pereira dos Santos, 63 anos, morador do quilombo de Goiabal, toma uma branquinha no balcão.

“Ele é dos pretos de Santa Teresa”, conta dona Dodô, uma cabocla de 38 anos que já é avó.

Seu Manuel dá risada. “Por aqui, conto nos dedos quem não é da terra da santa”, diz. “Olha, todos esses povoados – Mocaji-



Os meninos vão para a roça montados nos bois que depois puxam o arado.



Teresa. Seu Manuel, 63 anos, dezoito filhos: "Preto que deu descendência é preto forte".

tuba, Tubarão, Goiabal, Raimundo do Sul, Marajatiua, Butirana, Mojó, Frederico, Jacioca, Macajubal, Barroso -, está tudo dentro da terra que a santa legou. Itamatia é o mais importante porque é lá que fica a igreja com as imagens: a menor, que existe há muito tempo, a segunda que os padres deixaram, a terceira comprada depois..."

"E como é que a santa legou a terra, seu Manuel?"

"Isso é história antiga, filha, muito antiga, vem da época da escravidão. Os pretos de Itamatia é que podem contar. Mas é assim que eu sei: os pretos que foram devotados a santa, dados à santa, ficaram livres, escaparam de ser escravos e ganharam a terra. Desde então, lutam muito, na seca às vezes só tem farinha de mandioca para comer, o óleo a gente tira do coco, o sal é aquele sacrifício para tirar da salina, mas são donos da terra, livres", completa, rindo.

Seu Manuel tem dezoito filhos, o menor, com três anos, é da terceira mulher. Cumprimento-o pela saúde. "Preto que restou vivo, que deu descendência, é preto forte", brinca, tomando mais um gole de pinga. "Quem chega até se espanta, como é que vocês vivem nesse mundo de mato, tanto calor, tanta muriçoca, comendo farinha? Eu digo que, quando a gente cresce no natural, onde cresceu pai, avô, bisavô, fica fácil, sabe a lida. E, depois, temos a proteção da santa, nossas curas, nossas forças." Indicando o caminho para Itamatia, seu Manuel completa: "Se você quer mesmo ficar sabendo de como tudo funciona aqui, do presente e do passado, vá lá falar com dona Neide, com as irmãs dela, você fica sabendo de tudo: as mulheres é que tomam conta em Itamata-

tiua", diz, explicando a direção para chegar lá.

Uma casa pichada com a inscrição "Santa Teresa de Jesus" sinaliza a entrada de Itamatia. O carro passa com dificuldade na estrada estreita de areião. Depois de alguns quilômetros cortando a floresta de babaçu, as casas começam a aparecer. Uma negra bate folhas de palmeira no chão, "está sovando o pacová", como explica o guia, preparando a palha, que cobre as casas e dá a matéria-prima para fazer os cofos de todo tamanho - cilíndricos e pequenos para guardar o camarão seco; compridos e grandes para fazer o tipiti, onde se espreme a mandioca antes de preparar a farinha; grandes e chatos para guardar pertences, transportar farinha ou potes de barro.

Duas meninas pequenas passam com tigelas de barro cru na cabeça, levando aos fornos para secar. A casa de dona Neide está vazia e seguimos para a de Maria Cabeça, líder da Associação das Mulheres de Itamatia, que fica longe, "nos campos", como nos ensinam. Uma profusão de porcos e galinhas cruza o caminho. O gado quase nunca anda só, tem sempre seu menino como guardião e dá para ver a marca de ferro no lombo. Depois ficamos sabendo que todos têm a mesma marca S.T.J. (Santa Teresa de Jesus).

Passamos por uma área de mato baixo, quase um gramado, e avistamos a igreja. É uma construção simples, caiada de branco, mas coberta de telhas, assim como a casinha paroquial ao lado, sombreada por uma grande mangueira. Não se avista ninguém. Continuamos pelas ruas estreitas, deixando para trás os fios de luz, afundando novamente na floresta. Outra área livre, de cam-

po, se abre. É onde fica o retiro, a casa de Maria Cabeça, encarregada de zelar pela criação que ali se junta quando o campo inunda, depois das primeiras chuvas.

Maria nos recebe desconfiada, sossegando quando reconhece Xará. "Você esteve aqui na festa da santa", lembra. Pergunto quando é a festa: "O dia mesmo é 15 de outubro, mas dura três semanas. Este ano acho que não vai ter, porque a gente só faz quando consegue donativo ou tem fartura e a chuva está demorando muito a vir. Olha - e mostra o campo grande em volta da casa, cercado pelas palmeiras -, tudo isso já era para estar inundado. Se fica seco, a criação não é suficiente, os peixes rareiam nos igarapés. Acho que este ano não vai dar, não".

Ela é uma negra sacudida, de 47 anos, o cabelo amarrado em pequenas tranças no alto da cabeça. O marido, Adalberto, já passou dos setenta e agora sofre na rede, incapacitado depois de um derrame. Têm quatro filhos e ela, além de cuidar da criação no campo, montou uma vendinha e é representante do Sindicato Rural. Pergunto se nasceu ali:

"O povo me chama Maria Cabeça, mas eu nasci Maria José de Jesus, que Jesus é o sobrenome de todo mundo aqui. Mistura, quando casa, mas tem sempre o Jesus. É assim porque vem dos antepassados, que chegaram aqui há muitos e muitos anos."

"Eram escravos?"

"Não. Bem no começo eram, mas, quando chegaram, os que vieram escravos já não eram mais. E aqui, nas terras da santa, todo mundo nasceu livre. Você viu aquela igreja quando passou? Então, ela era de madeira, muito antiga. Depois quase caiu e os mais velhos derribaram e fizeram essa, já de telha porque faz tempo que aqui o povo mexe com o barro. Agora não é muita gente que faz os potes, as tigelas de barro, porque precisa de poucos para o uso e fora daqui ninguém mais compra, por causa do plástico. É que nem o babaçu, não compensa quebrar muito coco, não tem quem compre o azeite, então cada um pega o seu para o uso e só."

"O dinheiro faz falta?"

Ela dá risada.

"Faz, sempre faz, mas aqui ninguém passa fome, não. Este ano ficou ruim porque deu praga nas roças, a mandioca vem pouca, vai ter pouca farinha. Mas sempre tem uma criaçãozinha para matar, uma caça, caranguejo. O dinheiro é mais para a festa, melhorar a escola - nós temos dois professores e meu filho que passou para a sétima teve que esperar dois anos para juntar outros e compensar formar a classe - e comprar uma roupinha, sal, café."

Maria me conta que faz parte da Associação das Mulheres de Itamatia, que busca encontrar apoio para comunidade. O grupo foi formado na década de 70, quando o governo do Maranhão buscou vender terras públicas e devolutas - caso das terras da santa - e mandou cercar a área, respeitando apenas o terreno das casas e das roças de cada posseiro, a quem prometia títulos individuais.

Ela me explica que as terras ali são de todos - cada um, na época do plantio, diz onde vai fazer a roça, se vai trocar de lugar, e a encarregada, dona Neide, olha para ver se o lugar não atrapalha a estrada, se está longe dos babaçus reservados para tirar coco e palha, se não está muito perto dos igarapés, porque nesses lugares não pode tirar a mata: "Essas áreas da floresta de babaçu e dos igarapés são de todos os povoados, do Goiabal, Tubarão, Raimundo do Sul. Ali, todo mundo pode tirar o que precisa, sem derribar as palmeiras e as árvores de perto da água, porque senão não presta mais. O povo também caça lá, quando precisa. É terra de todo mundo: 55.000 hectares que nós já demarcamos".

Por isso, a comunidade não aceitou a invasão e derrubou as cercas, forçando o Estado a entrar com uma ação discriminatória - ainda não concluída - para declarar as terras devolutas, ou seja, sem títulos de domínio válidos. "Agora acalmou, mas de ►

vez em quando a gente ainda tem de dar uma corrida nos que tentam comprar ou cercar terra", conta Maria Cabeça. No momento, as duas principais lutas da comunidade são para conseguir do poder público a construção de uma barragem "feita com máquina, porque as que a gente faz represam pouca água", para a criação na seca, e conseguir a assessoria de um agrônomo que ensine a combater as pragas das roças. "A gente tentou fazer uma roça grande, porque o modo aqui é cada um fazer a sua, mas ficou difícil por causa das pragas e desistimos."

O sol se põe, deixando o céu cor-de-rosa. Os porcos, patos e galinhas vão chegando perto de casa e ela avisa que é hora de dar comida aos bichos. Pergunto como é que cada pessoa sabe qual é o seu porquinho, a sua galinha, já que os animais vagam soltos pelo povoado. Ela ri. "A criação sabe", diz. "Olha, quando vai chegando essa hora, cada bicho chega no seu quintal."

O marido de Maria se inquieta na rede e ela vai acudi-lo. Combinamos voltar no dia seguinte, e ela promete: "Vamos marcar uma reunião na frente da igreja depois do almoço. Amanhã é sábado e o pessoal volta cedo das roças. Aí a gente bate um tambor-de-crioula para vocês verem como é".

Saímos do quilombo guiando com cuidado porque as ruas de areia estão cheias de gente voltando da roça, puxando os bois, carregando as foices e as tigelas de barro cheias de água na cabeça. Das pontes sobre os igarapés, avistamos muitos moradores tomando banho nus, escondendo-se do carro quando passamos. Ouvimos as risadas das crianças, o banulho de pés e mãos nas águas. Um velho completamente ensaboado acena para nós. As luzes começam a se acender e a luz cambiante da tela da televisão reflete seu tom azulado para fora das janelas de madeira.

No asfalto, encontramos a mesma procissão de mulheres voltando do trabalho nas casas dos oficiais da base. Pergunto a Xará quando conheceu os quilombos e ele responde. "Eu nasci em um deles, o Peru, que hoje quase nem existe mais. Fica muito perto de Alcântara, as terras foram sendo vendidas, não tinha mais do que viver ali. Olha, quase todos os pretos de Alcântara vieram de um lugar assim, como esse que você viu."

O historiador Matthias Assunção conta que os quilombos maranhenses se formaram desde o século 18 e em tal quantidade que "existiram poucas fazendas escravista sem quilombos a seu redor". Na opinião dele, isso se deve principalmente "à geografia e à relativa fraqueza do aparelho repressor durante

grande parte do Império" - as forças de policiamento eram insuficientes para o tamanho do território, principalmente na estação chuvosa, quando os igarapés enchiam e os campos inundavam, dificultando a movimentação das tropas.

Outro fator destacado pelo historiador é "a convivência de pessoas livres com os mocambeiros", já que a convivência entre lavradores e pretos fugidos era bem maior do que se costuma imaginar. Como explica a antropóloga Lúcia Andrade: "A nossa idéia de quilombo é Palmares, um quilombo imenso, isolado, com uma história de lutas constantes com os brancos escravistas. Mas os estudos mais recentes estão mostrando que a maioria deles não era tão isolada assim, os quilombolas viviam no mato mas mantinham alguma relação comercial com fazendas vizinhas e, em alguns casos, instalavam-se mesmo na periferia de algumas cidades maiores".

O historiador Assunção diz que há registros históricos da presença de pequenos quilombos maranhenses em "todos os termos e freguesias com grande concentração de fazendas e escravos, como Alcântara, Viana, Vitória do Mearim, Itapecuru-Mirim, Rosário e Manga do Iguará". Nestas regiões, o Projeto Vida de Negro já visitou e iniciou o mapeamento de mais de cem comunidades, entre elas a Reserva Extrativista Quilombo do Frechal, reconhecida legalmente, que fica a menos de 50 quilômetros de Itamatitua, no município de Mirinzal.

Galinhada e tambor

Dona Neide de Jesus, 57 anos, separada, três filhos, é a encarregada de Itamatitua, cargo que herdou do irmão, Tolentino, substituto do pai Eurico de Jesus, que morreu em 1993 com 85 anos de idade. As funções vão da organização da festa de Santa Teresa à solução de problemas provocados pelas mudanças de roças ou de casas, como tinha explicado Maria Cabeça.

Dona Neide e a irmã mais nova, Luísa, nos recebem na casa de taipa com quatro cômodos. O primeiro é uma sala pequena, com sofá, duas poltronas e uma televisão. O segundo é um quarto onde estão guardadas todas as peças de cerâmica que ela, a irmã, a filha e as sobrinhas fazem - travessas, moringas, tigelas, potes -, vendidas a 1 real a unidade aos raros comerciantes que aparecem. O terceiro é o quarto onde dorme com os filhos. O maior é a cozinha, onde ela nos recebe de panelas no fogo.

O chão de terra batida e o teto de palha tornam o ambiente fresco. O fogão a gás fica ao lado do tanque, enchido com água

do poço lá no quintal, onde a família toma banho. O fogão a lenha fica do lado de fora, "para quando falta o gás", explica dona Neide.

O aroma da galinhada e a caneca de água fresca animam a conversa e pergunto a dona Neide como era a vida dela quando pequenininha. Ela sorri sem jeito mostrando os dentes branquinhos e chama a irmã: "Pequena, a moça quer saber nossa história". Luísa, mais risonha e gordinha, larga um pouco as panelas e diz, rindo: "Quando a gente era pequena, era bicho-do-mato, morria de medo de gente de fora, não conversava de jeito nenhum". Dona Neide brinca: "Até hoje tenho vergonha". E conta:

"A gente cresceu aqui mesmo, em uma casa igual a esta, nós quatro - tem a Irene, que é professora e está em São Luís, e a Cida - e mais três merinos. De pequeno, a gente ia pra roça com pai e mãe, levando uma merenda, farinha, caranguejo, e passava o dia trabalhando. Por isso, quando a gente fica mais velha, dá essa dor nos quartos. Mas era bom também, nadava no igarapé, subia em árvore pra apanhar fruta. Também aprendia a fazer as tigelas de barro, a potaria, e renda eu também fazia antes, mas dá muito trabalho e ninguém compra."

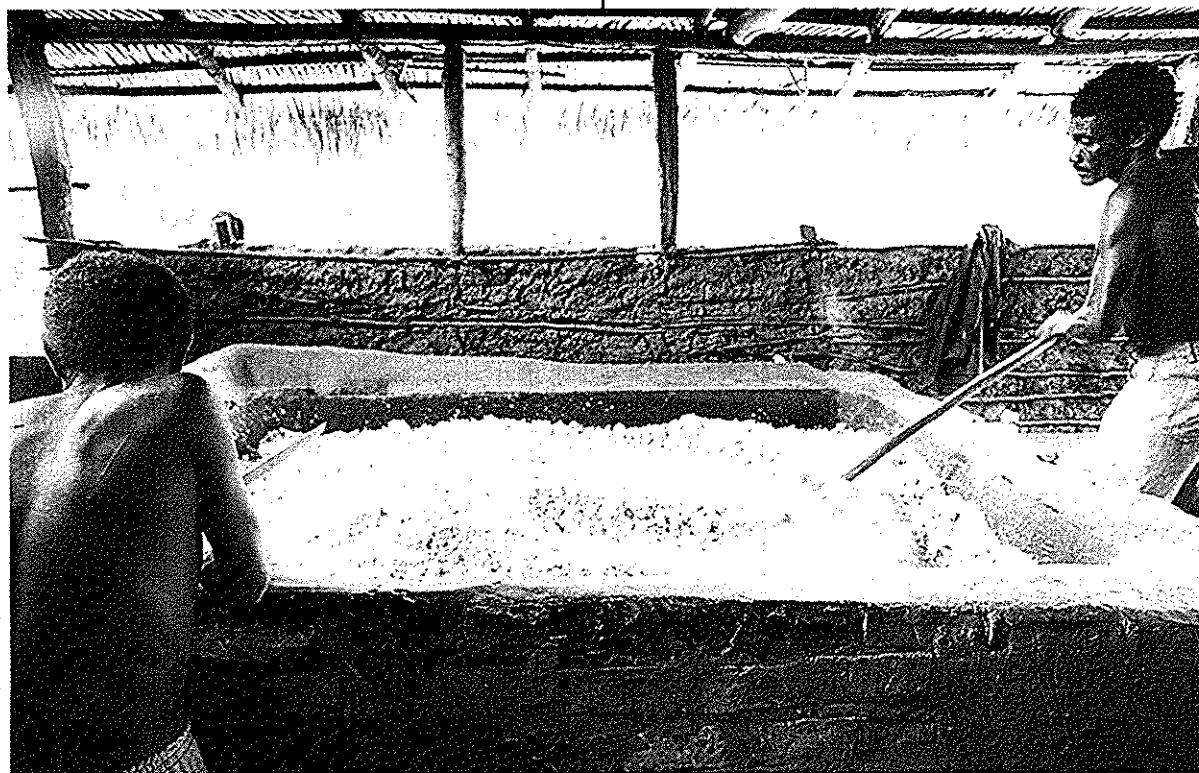
Pergunto se a vida dos filhos dela é muito diferente. "É no estudo, que eu não tenho quase estudo e eles aprenderam mais, os netos vão aprender mais ainda. Mas estão todos morando por aqui. O que a juventude quer é aprender como melhorar as roças, formar alguns médicos, professores. Hoje, se a gente cai doente, fica tudo longe, pra arrancar um dente tem que viajar sete horas."

Ela fica sem jeito quando pergunto se tem algum curandeiro no povoado. Reage: "Nós todos somos católicos, povo da santa, reza para Deus. Tem, sim, dois curandeiros que fazem os rituais à moda antiga mas eles não gostam de conversar com gente de fora, não". "E religião, só a católica?", insisto. "É. Nós temos nossos costumes, nossos cantos e danças, mas somos católicos. O padre vem no dia da festa batizar as crianças, fazer casamento", responde dona Neide. E nos chama para comer a galinhada.

Depois do almoço, conhecemos a casa de farinha onde quatro homens trabalham apesar de ser sábado. Metade da construção de taipa é ocupada pelo forno, uma placa de metal com bordas altas, onde a massa de mandioca é remexida por dois homens até que se transforme em farinha. Antes de ir para o forno, a massa é espremida nos tapitis - cestos cilíndricos bem compridos, feitos com a fibra de uma planta chamada guarimã -, esticados por pesos para escorrer a parte líquida da mandioca. A farinha, depois de pronta, fica cor de areia e bem grossa.

Dona Neide, a irmã e os sobrinhos nos acompanham até a igreja, onde um grupo de mulheres, crianças e homens nos espera para o tambor-de-crioula. Vanderlei, um negro muito alto e musculoso, pede dinheiro para comprar a pinga. "Sem a pinga, a dança não esquentar", brinca.

A igreja caiada de branco está com as três portas abertas. A nave é pequena, uns doze bancos de madeira e as três imagens de Santa Teresa, descritas por seu Manuel, no altar. Os três tambores de madei-



A casa de farinha de mandioca, produto que é a base da alimentação da comunidade.



ra e couro de paca, dois médios e um bem grande, são colocados na frente da igreja, voltados para a porta. Dois meninos montam nos tambores menores, um rapaz no terceiro, enquanto Vanderlei faz o fogo para esquentar o couro.

A batida forte e ritmada vai trazendo mais gente para perto da igreja. Vanderlei canta uma toada, como um repente, primeiro nos saudando e depois contando a história dos pretos de Santa Teresa, "pretos livres com a graça de Deus", diz. As mulheres começam a dançar, o gingado aumentando enquanto a garrafa de pinga passa de mão em mão. Uma garotinha de dois ou três anos senta no tambor maior, aprendendo a bater. Dona Maria Cabeça diz alguma coisa para Vanderlei. O ritmo se modifica. As danças se tornam mais cadenciadas. Uma a uma as mulheres vão entrando na roda.

Pergunto a dona Neide se essa é outra dança. Ela me explica que agora estão batendo o tambor-de-mina, esse, sim, religioso. "É com esse que se faz as curas", conta. "Mas eles estão só mostrando pra vocês."

A roda já tem mais de trinta pessoas, a garrafa de pinga é substituída por outra e nós percebemos que está na hora de deixar os pretos de Santa Teresa. O som dos tambores nos acompanha pela estrada.

A reclamação do prior

Existe pelo menos um documento que ajuda a esclarecer a história das terras de Santa Teresa, encontrado por Laís Mourão de Sá, pós-graduada em antropologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Mara-

nhão. Trata-se de um ofício do juiz de paz de Alcântara ao vice-presidente da Província do Maranhão, datado de 31 de março de 1837, comunicando o pedido do prior dos carmelitas – ordem religiosa que tem Santa Teresa de Jesus como padroeira – para que as autoridades tomem providências contra "o quilombo de negros fugidos junto da fazenda denominada Tamatuba dos religiosos carmelitas". Outras referências sobre a reclamação do prior foram descobertas pelo historiador Matthias Assunção no *Publicador Oficial*, periódico de São Luís, em 1837 e 1838.

O Projeto Vida de Negro está aguardando o final da ação discriminatória para entrar com o título de reconhecimento de domínio em nome da comunidade de Itamatatua. "Nós estamos priorizando as áreas de conflito, como aconteceu com o Frechal, porque são muitos os quilombos que têm direito ao título", explica Ivan Rodrigues, da Sociedade de Defesa de Direitos Humanos do Maranhão, fundador do Projeto Vida de Negro. Neste ano, o grupo pretende conseguir a titulação do quilombo de Jamari dos Pretos – cujo processo está sendo feito com a ajuda da Fundação Palmares e do Instituto de Terras do Maranhão. A comunidade tem 152 famílias e reivindica uma área de 13.890 hectares, em terras devolutas, no município de Turiaçu, na região de Gurupi. "A grilagem das terras estava ameaçando seriamente a sobrevivência desta comunidade", explica Ivan.

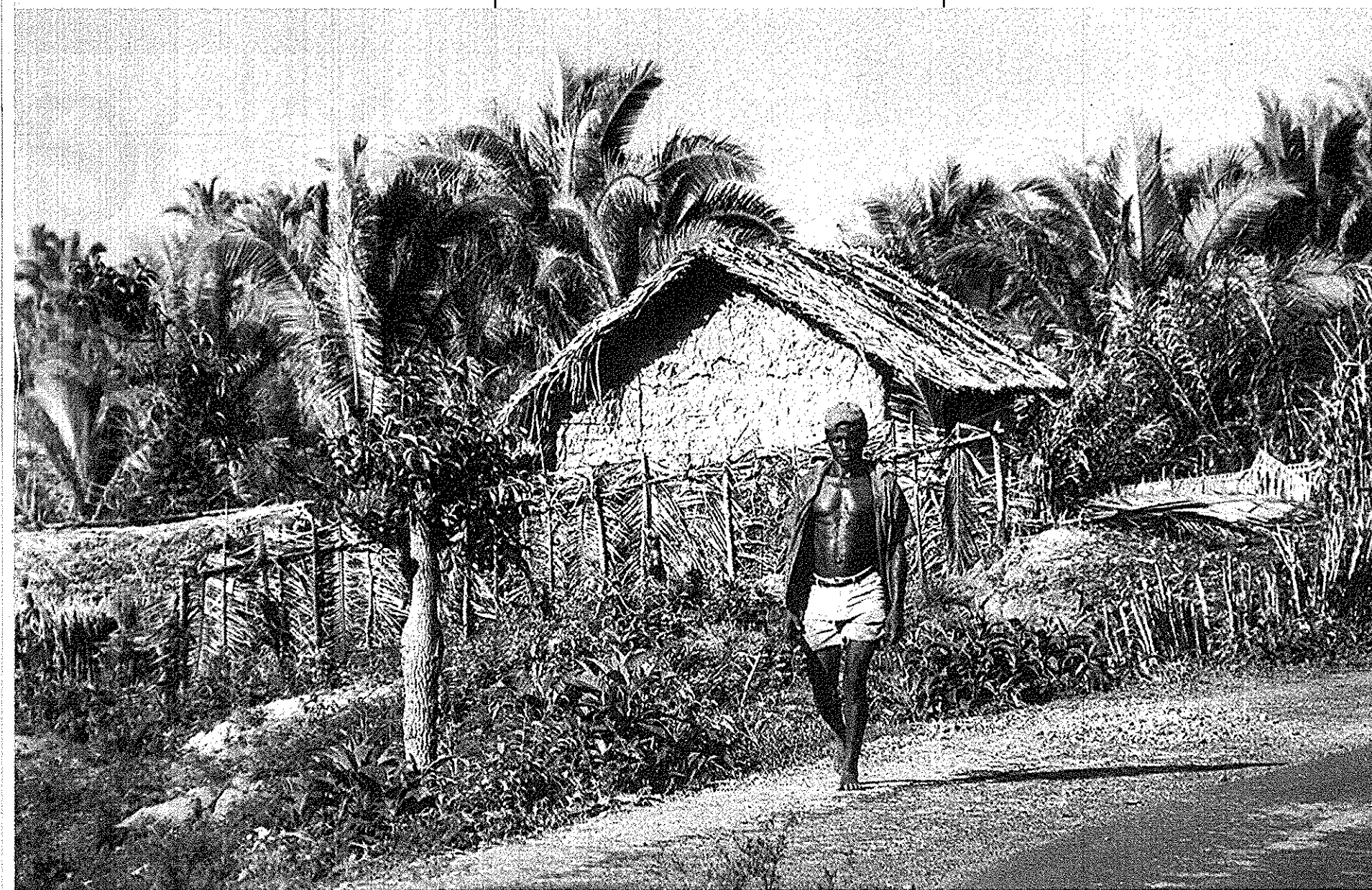
Em outros Estados, diversas comunidades remanescentes de quilombos já estão com os processos no Incra, a pedido do Ministério Público Federal, para que se faça o levantamento da situação das áreas reivindicadas. Os mais problemáticos são os

que envolvem terras particulares, como explica Cláudio Rodrigues Braga, da executiva para a questão dos quilombos no Incra, citando o exemplo do quilombo de Rio das Rãs, Bahia, uma comunidade de trezentas famílias em Bom Jesus da Lapa.

"A área reivindicada pela comunidade, de 15.000 hectares, estava registrada em nome de Manuel Bonfim, um grande empresário da Bahia, dentro de uma área de 45.000 hectares, com 20.000 a 30.000 cabeças de gado. Os recursos do empresário, alegando que a área do quilombo que seria desapropriada prejudicaria toda a sua propriedade, acabaram forçando o Incra a desapropriar os 45.000 hectares, indenizando o fazendeiro", explica Braga.

Casos como esse devem se repetir em todo o país, na opinião do jurista Dalmo de Abreu Dallari, convidado a participar de um grupo de estudo sobre quilombos no Estado de São Paulo, formado pelo governador Mário Covas, para encontrar soluções para a titulação de cerca de 30.000 hectares de terra no Vale do Ribeira, onde existem pelo menos 24 comunidades remanescentes de quilombos, incluindo o Cafundó. Dalmo Dallari explica:

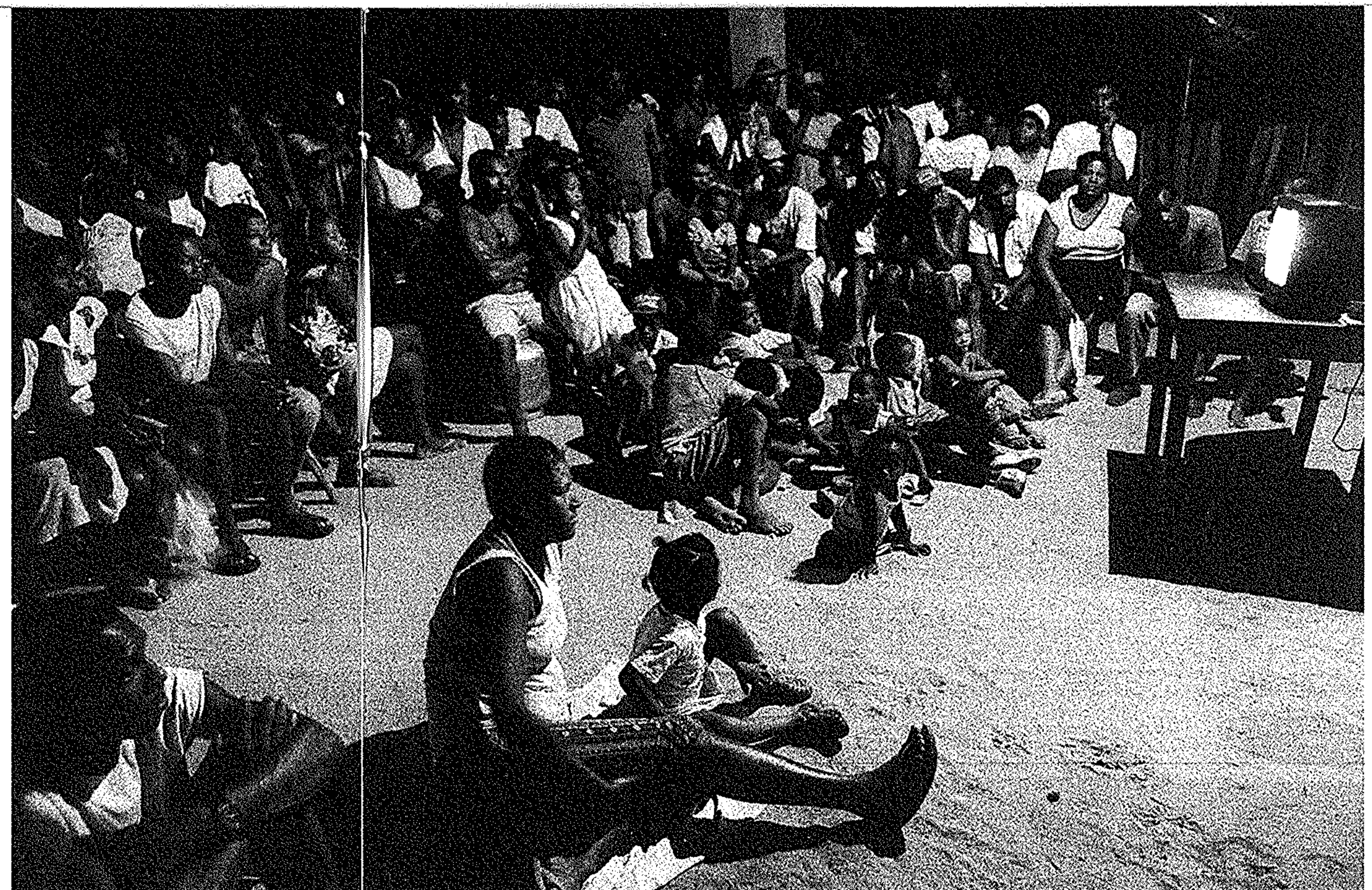
"É certo que o artigo 68 garante o direito de todas essas comunidades ao título de reconhecimento de domínio, sem necessidade de regulamentação complementar. Mas há alguns problemas de difícil solução, como o caso das terras registradas como particulares. O resultado vai depender, principalmente, da mobilização das entidades negras e das próprias comunidades, da definição de critérios antropológicos e jurídicos e do interesse do Estado em encontrar as soluções." ■



Casas de taipa e palha no meio do babaçal formam os quilombos maranhenses.



O fotógrafo Ricardo Telles ganhou uma bolsa da Fundação Vitae para completar o trabalho de documentação que está fazendo há três anos sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Estas fotos foram feitas em três regiões — Vale do Trombetas, Pará, onde existem mais de vinte comunidades; Reserva Extrativista do Frechal, no município de Mirinzal, Maranhão; e Rio das Rãs, na Bahia, onde os conflitos fundiários começam a ser superados com a desapropriação dos 15.000 hectares reivindicados pelos descendentes de quilombolas.



outros quilombos

